



ABERTURA DA REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA 10/04/2008

O senhor Dr. Clóvis Barbosa, Secretário de Estado de Governo, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Gráfica de Sergipe, que edita o Diário Oficial. Em nome dele, eu quero cumprimentar os demais secretários de Estado que aqui se encontram presentes. Ilustríssimo Sr. Dr. Luís Eduardo Oliva, Diretor Presidente da Empresa Pública de Serviços Gráficos de Sergipe, a nossa SEGRASE. Ilustríssimo Sr. Fernando Torentino, diretor (...) **COMPLEMENTAR COM ÁUDIO**

É para nós fator de grande alegria estarmos aqui presenciando a abertura desta trigésima oitava (38ª) reunião na Associação Brasileira das Imprensas Oficiais. Especialmente porque ela se realiza num ano tão cheio de significados para a nação brasileira. Há duzentos anos, há dois séculos, os eventos da política europeia, o avanço da França e de Napoleão sobre as casas reais do velho continente, terminaram por forçar a transferência da sede do governo de Portugal para o nosso país, com a vinda da Família Real, e de toda a corte portuguesa, para as terras do Brasil. Essa mudança não foi apenas uma fuga. Ela, na prática, se transformou num fato político fundamental para a construção do Brasil que nós hoje temos. Vindo para cá, a corte mudou o status da colônia transformando o Brasil num reino unido a Portugal, e ao (...) Vindo para cá, foi preciso alternar não apenas o nome da colônia, mas o estatuto político e jurídico da colônia que recebia as cabeças coroadas que formavam o império português. A partir daí, profundas alterações institucionais foram promovidas. Alterações dramáticas no estatuto jurídico da colônia. Mudanças profundas na organização social das colônias, e a construção de instituições que terminaram se incorporando à própria vida nacional deste país. A abertura dos portos, atitude premente para poder viabilizar o comércio com a Inglaterra e buscar quebrar as conseqüências do desafio a Napoleão, foi uma das primeiras providências de Dom João VI. A criação do Banco do Brasil. A própria criação da biblioteca nacional. Enfim, as ações que marcaram os primeiros anos da corte em nosso país foram incorporadas pelos brasileiros como vitórias das quais eles jamais permitiram abrir mão.

Quando retorna a corte a Portugal, deixando aqui o Príncipe Regente e as cortes portuguesas, contaminadas pelo liberalismo que já havia também contaminado a Espanha, muito embora reprimido em seguida. As cortes tentam trazer de volta o estatuto colonial. A resistência do Brasil não se faz esperar, e a independência, precipitada, é declarada, é construída. Então, esses duzentos (200) anos de história



brasileira contam uma trajetória tão bela. Tão cheia de dores, mas também tão cheia de felicidades, de alegrias, de comemorações. E revelam a importância fundamental daquele momento da história brasileira, que foi a transferência da corte. Mesmo que a corte tivesse trazendo a Rainha Dona Maria, A Louca. Que foi responsável, entre outras coisas, pela repressão dos mais belos movimentos libertários que esse país já assistiu. E no cenário desse episódio, lançou na história não só do nosso país, como da humanidade, a figura do maior herói desse país, que na minha opinião, foi Tiradentes. Como figura que incorpora os grandes valores da liberdade, os grandes valores na luta contra o arbítrio e, sobretudo, sobre os valores da lealdade à causa e aos amigos. Símbolo mais absoluto da lealdade, que preferiu perder a vida do que entregar, denunciar, dedurar – na expressão popular – os seus companheiros de sonho libertário.

Portanto, nesse momento, também se comemoram duzentos anos da imprensa no Brasil. Da imprensa oficial, indispensável na presença do Estado para legitimar e dar publicidade aos seus atos. Mas também da imprensa *lato sensu*. Da imprensa privada. A imprensa que começou a se organizar da própria vida editorial brasileira que começa efetivamente a partir da criação da imprensa oficial e da permissão para que se importassem prelos para o Brasil.

Estarmos aqui hoje é motivo de alegria, como disse, porque nos faz pensar na importância da criação da imprensa oficial e na importância da imprensa como elemento indispensável à democracia.

A imprensa é vital. A imprensa é até, quando se equivoca, instrumento indispensável. Porque ela é instrumento da opinião pública, é o instrumento da circulação de idéias, da circulação de notícias. Ela é um elemento que permite se criar uma ponte entre a sociedade e os Estados, entre a sociedade e as grandes corporações. Inclusive dentro da própria sociedade civil, entre os seus vários grupos; sejam classes sociais, sejam empresas, sejam grupos de pressão, sejam movimentos sociais.

Eu tenho a alegria de estar aqui. Luís Eduardo fez uma referência que me emocionou, e de fato, eu cresci com o cheiro da tinta no nariz, porque meu avô tinha uma pequena tipografia em Simão Dias, uma tipografia de tipos móveis, de tipos de chumbo, que compunha o jornal. Na verdade, era um semanário chamado A Semana. Com muita simplicidade, ele editava todo sábado esse jornal. Ele era rábula, advogado sem formatura, mas um dos mais eminentes advogados daquela época. E tinha uma rotativa 1820, 1830, um monstro que era girado manualmente com a roda e que, quando os netos iam mal na escola, os pais costumavam levar para um passeio pela tipografia, e o velho Zeca saía do escritório, dava o cano serrado; você punha aquele cano na alavanczinha que está colada na roda e ele mandava girar a rotatória para fazer o jornal. Ele dizia: “Se vocês não quiserem estudar, vão ter que girar a rotativa aqui. Vão



ter que aprender a fazer jornal e vir aqui me ajudar a editar A Semana.” Funcionou para muitos não é? Para mim, para meu irmão Cláudio Deda, que chegou a passar quase um ano trabalhando na tipografia. Foi um processo educativo, mas ao mesmo tempo um processo de aproximação. Eu, a primeira vez que fui, fiquei impressionado com o que era na época uma tipografia: a imensa rotativa manual, o trabalho artesanal dos gráficos de compor as matérias, de compor as páginas do jornal, aquela basezinha de ferro, e a rapidez, a agilidade de como sabiam localizar o tipo, sabiam localizar as letras para compor os textos etc. Me lembro especialmente de Luís, que era considerado o melhor dos gráficos, era o mestre da tipografia. As maquininhas de imprimir rótulo de cachaça, rótulo de vinagre, prospectos de comércio, que ele também prestava serviço nessa área. Os clichês que chegavam para ser preparados e publicar fotos, era a única forma de produzir fotos naquele tipo de tipografia, precário e primitivo. E, sobretudo, o talento do velho Zeca para caricatura.

Ele era um homem folclorista, historiador, jurista, enfim, era um homem de mil atividades. E uma das atividades que mais me admirava era ele no escritório com um pedaço de madeira equivalente 1/4 disso aqui, ou metade disso aqui; charuto na boca, enquanto esperava clientes no escritório de advocacia que era em frente da tipografia, fazendo xilogravuras com as caricaturas das personalidades políticas da época. Na época que a charge era rara nos grandes jornais do Brasil, ainda não era uma prática da charge diária. Ele tinha uma sessão, até o dia em que morreu, na primeira página do jornal. Jornal como eu disse, semanário. Ele tinha escrito “piada da semana”, onde eram publicadas piadas. O personagem Zé Povinho representava, digamos assim, o povo reclamando da carestia, reclamando de outras coisas, e as caricaturas das personalidades políticas. Não me esqueço jamais uma caricatura onde o Dr. Celso de Carvalho abraçava Antonio Carlos Valadares, dois adversários. O Senador Valadares, hoje senador da república, ex-governador; Dr. Celso também ex-governador do estado, eram adversários políticos. Um era o grupo crocodilo, e o outro era o grupo jacaré. E ele fez uma caricatura dizendo “Jacaré também se abraça”, e estavam os dois. Que dizer, a caricatura era um réptil, um crocodilo, só que com o rosto de Valadares e de Celso de Carvalho. Aquilo para mim era mágica. Aquilo para mim era muito mais do que um possível castigo de trabalhar nas tipografias, se tivesse mal na escola. De modo que freqüentava, e freqüentei mesmo depois da morte dele. E me lembro menino, dobrando os jornais com uma régua imensa, para no sábado estar na casa dos assinantes.

E essa convivência com a imprensa, que é desde menino, se aprofundou na minha trajetória política, no contato com as lutas pela liberdade e pela democracia no meu país. Por isso, eu tenho um imenso respeito. Parte do atraso de hoje se deu porque tinham vários colegas jornalistas me esperando, e até eu prestar as informações que me pediam, eu fiquei lá conversando com eles.



Por isso que para nós é importante esse evento. Porque ele mostra também o quanto é fundamental que o Estado tenha instrumentos de comunicação. Os instrumentos de comunicação do estado não podem rivalizar, nem podem querer se sobrepor aos instrumentos que a sociedade possui; através dos seus diários, através das suas várias publicações informativas, de sua política editorial privada, da televisão, enfim, da internet. O Estado não pode querer arrogar-se, nem ser o dono da verdade, ou requerer que a verdade oficial seja aquela que ela publica. Mas o Estado não pode abrir mão de uma sociedade moderna, de dialogar com a sociedade, de construir instrumentos que permitam não estar mais próximo do Governo. De oferecer instrumentos, também, para que a cidadania possa se expressar. Não apenas através dos grandes grupos econômicos que editam os jornais. Porque o direito sagrado da manifestação de opinião, a liberdade de expressão, não é apenas a liberdade de publicar, é o direito também de ser publicado. E nós sabemos que o poder econômico tem tanta pressão sobre a plenitude da liberdade quanto o poder do Estado. É preciso, portanto, que nós saibamos encontrar um meio termo que garanta, como condição *sine qua non* da democracia, a mais plena liberdade de imprensa, maior ausência de restrição possível contra aqueles que praticam o jornalismo. E aí a o Dr. Carlos Ayres de Freitas Britto, jurista sergipano, Ministro do STF, edita uma decisão que entrou para a história do Brasil, determinando a revogação dos pontos positivos da Lei de Imprensa, e retirando o último entulho autocrático que ainda havia na democracia brasileira, como um fantasma, como uma múmia, a flutuar por sobre a história, mesmo depois de passado o tempo que lhe havia justificado.

Essa decisão reflete a necessidade de uma imprensa livre e democrática, mas é preciso também que tenhamos novos instrumentos. A TV pública. Outros instrumentos públicos de produção de notícias e de comunicação são indispensáveis. Não pelo Estado ter domínios sobre a notícia, mas que o Estado ofereça possibilidade de outras formas e de outros caminhos de informar ao poder, à sociedade, sobre vigilância constante da sociedade. Até porque certos conteúdos perdem espaço na TV comercial, que precisa editar comercial, precisa faturar, e tem conteúdos que só terão a devida circulação e só produzirão o necessário debate, se forem acolhidos por uma instituição de feição pública capaz de viabilizar a circulação daquelas idéias ou a divulgação daqueles fatos.

Por isso, quero também aqui deixar consignado o nosso apoio à TV pública brasileira. Sergipe foi o primeiro estado a aderir. E a aderir de forma plena. Porque acreditamos que ela é um elemento indispensável na construção da democracia. Do mesmo bloco que a imprensa privada clássica, a imprensa pública também precisa estar presente nesse processo.

Com relação aos Diários Oficiais, não há dúvida quanto a sua importância, porque eles são a mais perfeita tradução do princípio da publicidade que está ali previsto do Art. 37



da Constituição da República. E eles são, também, elementos indispensáveis na evolução do conceito de transparência como um elemento de modernidade, de respeito aos cidadãos de determinado estado. O Diário Oficial ao publicar, com frequência e de forma correta, os atos de governo está permitindo à cidadania realizar o acompanhamento e o controle dos atos de Estado.

O Diário Oficial ao viabilizar, com credibilidade e com garantias institucionais, a publicação de atos de empresas privadas está na prática dando estabilidade a esse mercado. Ele está, na prática, protegendo acionistas minoritários. Ele está, na prática, viabilizando que a sociedade acompanhe as ações das grandes corporações, e estamos na era das grandes corporações. Hoje, nós temos corporações que tem um faturamento anual maior do que o próprio PIB do país, do Brasil.

É preciso entender essa nova face do capitalismo global e fortalecer, e viabilizar, todos os instrumentos que, na forma da lei, obriguem essas grandes corporações a dar publicidade aos seus atos, não apenas para consumo dos seus acionistas, que são seus donos também, mas, sobretudo, para que a sociedade, para que o Ministério Público, para que as instituições, as organizações não governamentais, possam conhecer as ações dessas grandes corporações e possam, a partir desse conhecimento, exercer o livre direito de pressão sobre as autoridades, para preservar o interesse nacional, para preservar o interesse público, para preservar a saúde da economia popular, para preservar, sobretudo, os valores que a nação advoga, defende, em razão da qual ela existe. E são muito maiores do que qualquer ato, do que qualquer conselho de administração de qualquer empresa. Maiores são os interesses da nação. E a nação precisa ser informada de qualquer ato, que pela sua relevância, possa incidir na sua economia, no meio-ambiente, no próprio equilíbrio econômico do país, **que excede, e graças a Deus tem conseguido.**

A modernização da imprensa oficial é outro elemento indispensável, e essa modernização tem que ser vista com muita clareza. É modernização com a incorporação da tecnologia da informação ao cotidiano do diário, porque favorece a agilidade. O ideal que nós estamos pré-inserindo aqui no Estado de Sergipe, e acho que todos, alguns mais avançados, outros menos, estamos juntos pesquisando. É a informatização plena, é a partir de um terminal de computador em uma Secretaria de Estado, via internet, se mandar os atos daquela secretaria, e *just at time*, na mesma hora, você ter isso incorporado dentro da página e do banco de dados do Diário Oficial do estado. Sem perder credibilidade, sem perder segurança. Mas ganhando em agilidade, ganhando em transparência, ganhando em efetiva valorização da publicidade dos atos públicos.

O que nós queremos é que esse Diário Oficial eletrônico se transforme num instrumento de acesso pleno e gratuito para toda a sociedade. O que nós queremos é que os diários



GOVERNO DO ESTADO
DE SERGIPE

oficiais em base de papel, que não vão deixar de existir, também se modernizem, também tenham coragem de enfrentar aquela diagramação muitas vezes herdada do Reino Unido de Portugal. A seriedade de um governo não se traduz pelo anacronismo de uma primeira página que dá até vexame de pegar ela para ler. Tem que ser atrativo, sem abrir mão da sua função primordial, do seu foco, que é a publicação dos diários oficiais. Mas precisa agregar a cor, precisa agregar uma diagramação moderna, precisa agregar conteúdo. Hoje o debate da comunicação é, sobretudo, conteúdo. Conteúdo do mais variado, desde os atos de governo, desde os atos públicos de governo, até **informações de** orientações, até informações de entrevistas que sejam de utilidade pública. **Informações,** por exemplo, vivemos numa epidemia de dengue, nos diários oficiais do Brasil todo tinham que ter cadernos específicos orientando os seus assinantes e aqueles que os compram sobre como combater a dengue.

Amanhã temos outra campanha cívica, o combate à fome, o combate à miséria. A mobilização social tem que ser incorporada pelos diários oficiais. As notícias de governo têm que ser dadas, não como autopromoção, não como culto à personalidade, não como tentativa de usar o público em benefício de projetos privados, mas também como uma continuação do objetivo da transparência e da publicidade.

Precisamos ter, portanto, diários oficiais agradáveis. Porque o cidadão comum, que nem olha quando passa pelo meu Diário Oficial, na hora que esse diário for mais, me permitam a expressão gastronômica, for mais apetitoso para os seus olhos e para o seu intelecto, ele naturalmente vai criar um costume de ler aquele diário, as vezes por uma notícia que está ali. E, de repente, ele vai para a página seguinte olhar o que está no balanço da empresa, ver que licitações foram lançadas, ver que atos foram publicados decorrente de leis editadas pela Assembléia Legislativa do Estado. E você aproxima o cidadão desse instrumento fundamental que é o Diário Oficial.

Essa é uma agenda que os senhores têm muita razão em colocar. Não dá mais para trabalhar com um conceito de imprensa oficial como era há cinquenta ou há sessenta anos atrás. O foco permanece o mesmo, mas as formas de valorizar esse foco e de dar consequência aos seus objetivos, mudam com a incorporação de novas ideias, de novos conceitos, e sobretudo, de novas tecnologias.

Aqui, nós estamos fazendo um trabalho para também transformar a nossa Segrase, de fato, numa editora **também**. Eu fico olhando, com uma inveja positiva, as publicações que eu recebi agora aqui do Governo do Mato Grosso. Livros de extraordinária qualidade. Livros com temas, que as editoras comerciais em estados pequenos como Sergipe, face a restrição do mercado, não editam. Documentos históricos, atas de assembleias constituintes, iconografias, mapas históricos, elementos que podem servir a pesquisadores, que podem ajudar a disseminar o conhecimento do estado e que às vezes



o mercado, por si só, não se justifica. E a Segrase pode cumprir esse papel, não é? Obras da nossa biblioteca sergipana, dos grandes nomes da cultura sergipana, selecionados por um grupo seletivo de intelectuais, de conhecedores, nós possamos ter uma biblioteca sergipana mostrando o que o talento do nosso estado e do esforço intelectual que nossa gente produziu como reflexão, como arte, como cultura. Quer dizer, esse papel nós precisamos ter. E não é competir com as demais. Vamos continuar contratando serviços de gráficas privadas. Mas o papel de editar o material cultural, o material raro, cujo o mercado é de difícil acessibilidade - de aceitação, melhor dizendo - desse papel o Estado não pode se furtar.

Então buscando isso, com calma, com tranquilidade, que as condições não são as melhores do mundo não é? Mas dentro das condições que nós temos, nós estamos buscando elaborar sonhos, e transformá-los em realidades concretas do cotidiano da nossa gestão. Do mesmo modo que estamos apostando no projeto Sergipe Digital, eu tive agora justamente em uma reunião nos Estados Unidos, em um evento promovido pela Microsoft. Um evento de muita qualidade. Dois dias de muito trabalho. Com participação do Presidente do Panamá, do Presidente da Organização dos Estados Americanos, do Vice-presidente do Equador, do Presidente Interamericano de Desenvolvimento, de técnicos, de cientistas, de políticos, de praticamente todos os países da América Latina, e também do *chairman* da Microsoft, o Sr. Bill Gates, que concedeu a mim e a Jaques Wagner a honra de uma entrevista de vinte e cinco minutos. Discutimos alguns temas importantes para a modernidade que nós queremos. Não modernidade como um rótulo preservador de privilégios, mas a modernidade como tradução de inclusão e disseminação de novas tecnologias, da forma mais universal possível.

A rede Sergipe Digital é o nosso sonho. É aquilo que vai propiciar a iluminação digital de todo o território do estado de Sergipe. O que nós queremos, é que todas as sedes municipais do nosso estado sejam plenamente cobertas pelo sinal da internet sem fio e gratuita. O cidadão abre o seu computador, o seu notebook, na Praça da Igreja e acessa a rede pública, e com a velocidade de 64kbps acessa, por exemplo, o Diário Oficial eletrônico para acompanhar os atos públicos de seu estado, sem remuneração nenhuma ao provedor, que será o próprio Estado. Obviamente que quem quiser uma velocidade maior, 120, 300, 500kbps, vai ao mercado e contrata o provedor privado. Mas o Estado tem que oferecer pelo menos as condições básicas do acesso à tecnologia de informação e do acesso à internet, que é um elemento que transformou profundamente a cultura, o comércio, e até a política desse início de milênio.

Portanto quero com muita alegria cumprimentar a todos. Quero desejar que dê aqui um evento produtivo, um evento onde o debate e a discussão formem massa crítica para a



GOVERNO DO ESTADO
DE SERGIPE

permanência, a transformação produtiva, como disse aqui o nosso presidente, o melhoramento efetivo dos serviços que são prestados por toda a imprensa oficial brasileira.

Me permitam encerrar fazendo aqui um público elogio ao Dr. Luís Eduardo Oliva, um jovem – mais velho do que eu, não é, mas lhe chamando de jovem promove os meus interesses de forma implícita, não é Dr. João? – uma pessoa, um jovem, talento sergipano, advogado, jornalista, agitador cultural, teatrólogo, cineasta – e seu disser que foi meu professor vão pensar que a diferença é muito grande, eu não vou falar isso do meu professor, você vai ficar me devendo essa, o problema é que eu pareço mais velho do que ele, é uma característica do gene dos Olivas. Eles não envelhecem, eles amadurecem, mas parecem sempre joviais no intelecto e no físico, e isso é importante – pois bem, mas o Dr. Eduardo Oliva foi uma excelente escolha que nós fizemos. Porque veio com paixão. Veio compreendendo o significado da imprensa oficial, do projeto de transformações e mudanças, que eu tive a honra de liderar durante as eleições de 2006, hoje liderando a frente do Executivo. Entendeu a importância de integrar e articular a imprensa oficial de Sergipe; a imprensa oficial do Brasil. Desde o primeiro momento ele vinha considerando: - Eu vou buscar fazer contatos, eu vou viajar, vou conhecer outras imprensas oficiais, vou buscar exemplos, vou buscar tecnologias, vou buscar experiências em outros estados, e não vou apenas participar de eventos de maneira apática. Eu quero ser pró-ativo. Eu quero aprender com o movimento de melhoramento de renovação, de transformação, da imprensa oficial no Brasil inteiro. Tem feito um excelente trabalho, um excelente serviço, que eu tenho certeza que vai melhorar profundamente o conceito de imprensa oficial para o estado de Sergipe, e vai ajudar, com toda a grade de homens e mulheres de talento que aqui estão, a melhorar e também a renovar, o conceito de imprensa oficial no Brasil.

Quero mais uma vez abraçar a todos os senhores. Desejar que, no intervalo das palestras ou no fim do evento, não deixem de conhecer Aracaju, não deixem de conhecer o estado de Sergipe. Os senhores e as senhoras terão uma grande surpresa. É um belíssimo estado. É uma gente hospitaleira. É uma gente, também, belíssima, que tem toda a disposição em mostrar o legado que a natureza nos dotou, que é o pequeno grande de alma de talento e belo estado de Sergipe, que eu tenho uma graça de Deus, e a honra do povo, de conduzir. Espero que da melhor maneira que puder. A vocês todos, meu abraço. E declaro lançado oficialmente, na região Nordeste, o ano duzentos (200) da imprensa brasileira. Muito obrigado. Sejam todos bem-vindos.